

**ARTIGO DE OPINIÃO:  
FUNÇÃO REGULADORA  
A PARTIR DA NOÇÃO  
DE DEÔNTICO**

CORBARI, Alcione Tereza <sup>1</sup>  
SELLA, Aparecida Feola <sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Professora colaboradora do curso de Letras da Unioeste, campus de Cascavel. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Letras – UNIOESTE. E-mail: <alcione\_corbari@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Letras – UNIOESTE, campus de Cascavel. E-mail: <afsella1@yahoo.com.br>.

**RESUMO:** Este artigo é um relato parcial de uma pesquisa que investiga os processos de modalização em recortes textuais retirados de artigos de opinião publicados no jornal (*online*) *Observatório da Imprensa*. Durante o percurso traçado para o desenvolvimento do estudo, observou-se que os elementos linguísticos, quando atualizam noções deónticas ou expressam a necessidade epistêmica, retratam uma estratégia de modalização à qual o produtor do texto recorre para estabelecer uma interlocução mais ativa com o leitor no sentido de interpelá-lo a aceitar a “verdade” expressa e alinhá-lo à tese defendida no texto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modalização linguística; Interpelação e interlocução; Artigo de opinião.

**ABSTRACT:** This article is a partial report of a research that investigates the processes of modalization in textual excerpts from opinion articles published in the online newspaper *Observatório da Imprensa*. During the development of the study, we have observed that the linguistic elements, when conveying deontic notions or expressing the epistemic necessity, represent a modalizing strategy used by the text producer in order to establish a more active interlocution with the reader to try to convince him/her about the “truth” expressed and to make him/her accept the opinion defended in the text.

**KEYWORDS:** Linguistic modality; Interpellation and interlocution; Opinion article.

## I INTRODUÇÃO

Este artigo emerge de pesquisa acerca dos procedimentos que os autores de artigo de opinião adotam para provocar efeito persuasivo no leitor. Sendo assim, a nossa atenção volta-se para o patamar notadamente interlocutivo que se pode medir, a partir de elementos modalizadores responsáveis por essa prática, presente em artigos de opinião publicados na mídia jornalística.

A estratégia a que nos referimos neste trabalho torna o texto opinativo um palco de encenação, em que o autor postula adesão sumária, sem opções ou conjecturas por parte do leitor, pelo menos no plano posto no co-texto. Sendo assim, tem-se uma alusão à voz de comando diante de uma interlocução assimétrica, em que o produtor do texto escrito está supostamente distante de seu interlocutor, e, portanto, passível de se impor em termos de argumentos e conclusões.

Os movimentos modalizadores mais voltados para esse processo de interlocução instauram um percurso que vai do conteúdo exposto para ser modalizado até aquele voltado para o interlocutor. Interessa-nos, por um lado, a posição tomada pelo produtor do tex-

to, que revela intervenção avaliativa com relação ao conteúdo expresso na mensagem, e, por outro, aquela que exige do leitor a concordância com relação ao dito no conteúdo que está sendo alvo de modalização ou exige do interlocutor certas atitudes.

Observa-se que, em geral, uma ou outra dessas duas instâncias (conteúdo proposicional X interlocutor) serve para uma imposição reguladora, a qual pode ser retratada por diversas marcas linguísticas. As situações de comunicação em que o produtor do texto pretende expor e impor o seu ponto de vista têm por finalidade a busca da adesão do leitor à opinião expressa no texto (cf. RODRIGUES, 2001), e, nesse sentido, o jornal *Observatório da Imprensa* constitui-se numa fonte propícia para a veiculação de artigos de opinião. Isso porque trata-se de um jornal que apresenta textos de debate e crítica relacionados ao conteúdo que vem sendo exposto na mídia, bem como às atitudes de profissionais do campo jornalístico ou de certos grupos de veículos de comunicação.

Além disso, por ser divulgado na Internet, apresenta um caráter interativo mais marcado do que ocorre nos jornais e revistas impressos. Essa interação mais dinâmica parece acentuar uma forma de imposição por parte do produtor do texto, de tal forma que possa direcionar as conclusões, o que se pode observar pela maneira de proceder às escolhas linguísticas.

Há que se observar, ainda, que os gêneros têm certas características que lhe são próprias e que se combinam com o projeto de dizer do produtor do texto. Nesse cenário, o artigo de opinião apresenta-se relacionado diretamente à regulação/orientação, pois incorpora direcionamentos compatíveis com conclusões postas para serem aceitas.

Tomando-se como base a perspectiva acima anunciada, objetiva-se, neste trabalho, a apresentação do resultado de algumas análises voltadas para a forma como o produtor do artigo de opinião utiliza-se da modalização para impor ao interlocutor uma determinada postura. Para tanto, tomaram-se como foco de análise recortes de textos retirados do jornal *Observatório da Imprensa*.

Nos dedicamos, mais especificamente na terceira parte do artigo, à análise dos elementos epistêmicos e deônticos observados no texto *VEJA vs. PROTÓGENES: O delegado e o*

*jornalismo de vazamentos*, de Luiz Antonio Magalhães. Os recortes foram colhidos mediante o uso recorrente de determinados elementos modalizadores, notadamente aqueles que direcionam o interlocutor para uma certa postura. Percebeu-se que uma das características marcantes em textos opinativos paira no movimento que tece a procura pela adesão do interlocutor.

## 2 INTERLOCUÇÃO ENTRE O PRODUTOR DO TEXTO E O LEITOR

Primeiramente, antes de verificarmos como o teor deôntico pode se revelar de diversas formas, inculindo uma noção de obrigação no plano da interlocução de forma mais direta, faz-se necessário, para o empreendimento desta pesquisa, tomarmos a concepção de que a língua dispõe de elementos linguísticos que nutrem um direcionamento argumentativo.

Sendo assim, entendemos que os artigos de opinião acomodam recortes enunciativos, que acenam para orientações argumentativas disponíveis na língua. Podemos encontrar o termo *recorte* em Guimarães (1987) e Orlandi (1988), o qual, basicamente, define-se como uma unidade discursiva que emerge de uma determinada situação de discurso. Guimarães (1987) recorre a esse termo ao proceder à análise de sequências linguísticas, de forma, como o próprio autor explica, a articulá-las com a análise do discurso. Então, toma o recorte como um resultado da análise semântica que a análise do discurso institui como unidade na abordagem textual.

Pelas análises desenvolvidas pelo autor (GUIMARÃES, 1987), percebe-se que o termo em questão recobre porções textuais que indicam o escopo que leva a determinada conclusão. Neste trabalho, porém, tomamos o termo no sentido mesmo da interlocução que o produtor do texto trava por meio de marcas que sinalizam certas posições a serem tomadas pelo interlocutor. Nosso enfoque recobre mais detidamente algumas expressões modalizadoras, dos eixos epistêmico e deôntico, reveladoras de um ato de regulação, de ordenação.

A habilidade na construção do processo de argumentar em um texto escrito, porém, por outro lado, representa o registro de uma esfera de uso recorrente, relativa à versati-

lidade da língua. Essa mesma versatilidade pode ser melhor sentida quando se pensa em artifício requerido no âmbito da orientação argumentativa explícita. Em geral, os autores enfocam a análise dos modalizadores que relacionam o produtor e seu texto, dizendo que esses elementos “são usados na interação verbal, em princípio, para exprimir o ponto de vista do enunciador” (NEVES, 2006: 154); “sempre verbalizam a atitude do falante com respeito à proposição” (CASTILHO; CASTILHO, 1992: 200); são “indicadores de intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso” (KOCH, 2002: 136).

Além de entender a modalização como uma estratégia que retrata o ponto de vista do produtor e sua atitude com respeito à proposição, conforme exposto acima, esta pesquisa ancora-se na ideia de que a modalização é usada também para marcar uma atitude de imposição do produtor em face do seu interlocutor. Em conformidade com Neves (2006), entende-se que, ao estabelecer uma interação verbal, os interlocutores, ao mesmo tempo em que organizam a mensagem, definem seus papéis na interlocução, colocando-se na posição de doador ou solicitador, de asseverador, de perguntador, de respondedor, de ordenador etc. Nesse mesmo processo, eles escolhem marcar ou não explicitamente o seu enunciado com valores modais de diversas categorias.

Para a autora, a função interpessoal apresenta-se mais enfática quando se tem um enunciado marcadamente modalizado. Isso se daria porque, nesse caso, a presença do falante e do destinatário é mais evidente, “tanto no comprometimento epistêmico (que se liga a um papel semântico do tipo experimentador, ligado ao falante) como no envolvimento deontico (que envolve as diversas pessoas do discurso, centrando-se no ouvinte)” (NEVES, 2006: 200).

O relacionamento do produtor com o interlocutor e com o seu texto pode ser demarcado por expressões do eixo do *saber* (modalização epistêmica) ou do *dever* (modalização deontica). No primeiro caso, o produtor escolhe uma forma de marcar o seu enunciado a partir de seus conhecimentos, crenças e opiniões, escolhendo um ponto do *continuum* da avaliação epistêmica (cf. NEVES, 1996) para se pronunciar.

Ao se posicionar no ponto mais alto dessa escala, o produtor avalia como verdadeiro o conteúdo do seu enunciado, apresentando-o como uma asseveração (e.g., *A guerra terminará em breve*). Ao enunciado assertivo, podem ser acrescentadas expressões linguísticas que reforçam a noção de certeza (e.g., **É certo** que *a guerra terminará em breve*), retratando um caso de “absolutização” da certeza (cf. NEVES, 2006: 173), garantida pelo conhecimento que o produtor do texto tem de certa realidade. Nesse caso, expressa-se uma *necessidade epistêmica*, que compromete o produtor com relação ao que diz e interpela o leitor a aceitar a verdade expressa. Quando o produtor pretende que esse comprometimento se dê de forma mais “frouxa”, recorre a outros pontos do *continuum* que apontam para a *possibilidade epistêmica* (e.g., **É possível** que *a guerra termine em breve*), retratando a “relativização” da certeza, conforme Neves (2006: 174). Para a autora, ao situar seu enunciado no campo graduável do possível, o produtor confessa suas dúvidas e incertezas e, com isso, ganha em credibilidade.

A *modalização deôntica*, por sua vez, retrata uma necessidade (e.g., **É preciso** que *a guerra termine*), que também é expressa a partir dos conhecimentos que o produtor tem de certa realidade. Em alguns casos, essa necessidade está orientada ao interlocutor, que é interpelado a agir de determinada forma, o que revela a posição de autoridade assumida pelo produtor com relação ao leitor.

### 3 O ENGAJAMENTO E A TEIA DA REGULAÇÃO

O termo *interpelação* parece adequado para caracterizar essa abordagem incisiva do leitor promovida pelo texto. Essa noção é emprestada de Rodrigues (2001), que descreve o *movimento dialógico de interpelação* como uma categoria que concretiza a relação dialógica do autor com a perspectiva do leitor no gênero artigo. Segundo a autora, por meio da interpelação, o produtor do texto impõe ao leitor um determinado ponto de vista, que é apresentado como uma verdade à qual o leitor deve se sentir compelido, persuadido a aderir. A opinião do articulista, um interlocutor de elite, constitui-se, seguindo-se essa premissa, como uma certa norma para os leitores, uma vez que sua

posição social de autoria se mostra como um argumento para a plausibilidade, credibilidade do enunciado que apresenta.

Trata-se de uma interpelação que, em certa medida, se assemelha com o norteamo da modalização deontica. Para Koch (2002), quando o produtor do texto recorre à modalização do campo da necessidade, do imperativo, procura manifestar um saber (explícito ou implícito) e obrigar o interlocutor a aderir ao seu discurso, aceitando-o como verdadeiro. “Tem-se, aqui, o grau máximo de engajamento do locutor e a intenção de impor ao alocutário os seus argumentos, apresentando-os como incontestáveis (eu sei, portanto, é verdade)” (KOCH, 2002: 87). Isso implica numa posição de autoridade de quem escreve com relação a quem lê. Conforme as análises desenvolvidas, essa relação se deixa realizar numa espécie de postura epistêmica, como se o grau de verdade impresso no enunciado revelasse uma verdade absoluta, que deve ser aceita sem questionamentos. Nos exemplos abaixo, as expressões negritadas assinalam não somente uma forma de concepção do produtor do texto, mas também, e, em tese, num primeiro plano, uma forma de imposição:

[a] Mas **é claro** que políticos hereges sempre existiram <sup>3</sup>.

[b] Se fosse no primeiro turno, **é claro** que acusariam a publicação do grupo Globo de tentar favorecer a turma de Fernando Gabeira (como Veja o fez, no Rio) <sup>4</sup>

Os elementos modalizadores expressam, portanto, não somente um direcionamento pautado no alto grau de adesão do produtor com relação à ideia exposta no conteúdo modalizado, a qual ele apresenta como tomada de uma voz geral, ou pautada em certos critérios de avaliação julgados culturalmente aceitos, mas também, reforçamos, uma interpelação direcionada ao

<sup>3</sup> Recorte retirado do artigo *Debate sobre a mídia: um espectro ronda a democracia*, de Marcelo Salles, publicado em 07/11/2006 (Ano 11, ed. N° 406. Disponível em: <[www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br)>).

<sup>4</sup> Recorte retirado do artigo *Eleições 2006: leitores sob fogo cruzado*, de Marcelo Mastrobuono, publicado em 24/10/2006 (Ano 11, ed. N° 404. Disponível em: <[www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br)>).

interlocutor, ao apresentar a ele uma mensagem como sendo “verdadeira”, “indubitável”, num movimento que prevê mesmo alçar o interlocutor nas teias da argumentação.

O fragmento [a] assume um tom de ressalva, que é reforçado pelo operador argumentativo *mas*. Observa-se, nesse fragmento, que se considera uma possível contra-argumentação do leitor, que é acolhida. Pode-se recorrer, aqui, às descrições feitas por Rodrigues (2001) sobre os *movimentos dialógicos de engajamento e de refutação*.

Para a autora, no movimento dialógico de engajamento, o produtor do texto eleva o leitor à posição de aliado, de um co-autor do artigo. O discurso é construído como se o articulista incorporasse o ponto de vista do leitor, como se ambos falassem de uma mesma posição valorativa, em uma relação de concordância. Já no movimento dialógico de refutação, o autor antecipa as possíveis reações-resposta de objeção que o leitor poderia contrapor ao seu discurso, abafando-as.

No fragmento sob análise, esses dois movimentos aparecem relacionados: ao antecipar a reação do leitor e refutar uma possível contra-argumentação, o produtor do texto envolve o interlocutor em seu discurso, considerando o que ele tem a dizer (pelo menos potencialmente) e, com isso, engaja-o na sua argumentação. Nesse sentido, o movimento de engajamento se constrói pela aproximação do leitor ao ponto de vista do autor (cf. RODRIGUES, 2001), o que deixa mais aparente a interação dos interlocutores.

Já no recorte [b], observa-se uma tentativa de limitar o contexto de atuação do que é exposto no conteúdo modalizado e enfatizado pela expressão modalizadora com a apresentação da oração condicional no início do enunciado. Procura-se ancorar a situação hipotética num encadeamento usado para apresentar fatos conhecidos como uma evidência que fundamenta a afirmação expressa.

#### **4 ALTO GRAU DE ADESÃO: SINAIS DE REGULAÇÃO E IMPOSIÇÃO**

Sendo assim, espaços argumentativos, típicos do artigo de opinião – que tem como uma de suas características distintivas o alto grau de argumentatividade, conforme

explicitamos anteriormente – estão recobertos por modalizadores tipicamente epistêmicos, que acabam servindo de reguladores: numa versão mais macrotextual, teríamos uma grande corrente de modalização deontica, em que imprimir um alto de grau de adesão e engajamento por parte do produtor do texto renderia uma forma de controle, de imposição.

Na sequência, passamos a analisar os recortes retirados do artigo *VEJA vs. PROTÓGENES: O delegado e o jornalismo de vazamentos*, de Luiz Antonio Magalhães<sup>5</sup>. Nesse texto, o autor critica a revista *Veja*, caracterizando-a como um “panfleto ideológico” que deixa em segundo plano o jornalismo propriamente dito. Por outro lado, apesar do observável apelo ideológico apresentado pelos textos publicados nesse veículo, segundo o autor, este diz ser difícil, em certos casos, empreender a motivação de certas matérias. Para exemplificar sua fala, Magalhães faz alusão a uma reportagem publicada pela revista em questão sobre o delegado Protógenes. O referido texto acusaria o delegado de ter montado uma “máquina ilegal de espionagem”.

Apresentamos, em específico, recortes do texto em que se observou algum tipo de modalizador tipicamente epistêmico ou deontico. Conforme pontuamos no decorrer da análise, tais elementos preenchem espaços argumentativos que possibilitados pelo gênero do texto, o artigo de opinião. Pretendemos demonstrar que o teor deontico é recorrente no texto – observável inclusive quando o produtor recorre a modalizadores tipicamente epistêmicos –, apresentando-se como uma característica reguladora do texto opinativo.

No recorte abaixo<sup>6</sup>, faz-se referência à forma de acesso da revista *Veja* aos documentos citados na reportagem em questão:

[c] **Parece óbvio** que se trata de mais um caso clássico de vazamento, e já por aí a reportagem começa torta: qualquer que seja o vazador, **é óbvio** que existe um interesse político ou pessoal por trás da entrega do material à revista.

<sup>5</sup> Artigo publicado em 26 de maio de 2009 (Ano 14, Ed. n.º 528). Disponível em: <[www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br)>.

<sup>6</sup> Os recortes são expostos respeitando-se a ordem em que aparece no texto.

Os elementos em destaque no recorte retratam modalizadores epistêmicos. A expressão *é óbvio* representa um caso típico da necessidade epistêmica, ou, nos termos de Castilho e Castilho (1992), um caso típico de modalizador asseverativo. Ao recorrer a esse tipo de recurso linguístico, o produtor se apresenta como alguém que tem conhecimento sobre o assunto em pauta e que o assume integralmente. Mais do que isso, no artigo de opinião os elementos da necessidade epistêmica, em geral, são postos em cena para angariar a concordância do autor.

No primeiro caso (*parece óbvio*), no entanto, ao lado do modalizador de necessidade epistêmica (*óbvio*), tem-se um outro elemento modalizador (*parece*), que acaba por transformar a expressão como um todo em um caso de possibilidade epistêmica. Ao recorrer ao verbo *parecer*, o produtor manifesta o cuidado de manter certa distância da afirmação que é escopo da modalização. Apesar desse distanciamento do enunciado, a escolha pelo adjetivo *óbvio* revela a intenção do produtor do texto em instigar o interlocutor para que ele siga sua linha de raciocínio e, por fim, acabe se identificando com a orientação argumentativa apresentada no texto.

Assim, mesmo que acompanhado de um elemento que, de certa forma, atenua a sua força, o adjetivo *óbvio* expressa a certeza do produtor quanto ao conteúdo enunciado. Se a intenção do produtor fosse retratar sua incerteza, o adjetivo (*óbvio*) poderia simplesmente sair de cena, dando espaço para que o verbo (*parece*) ficasse em evidência.

E, mesmo se entendermos essa primeira marca modalizadora do recorte em análise como uma relutância do produtor em se engajar totalmente com o conteúdo enunciado, essa relutância acaba por se esfalar quando observado o restante do parágrafo, em especial o encadeamento “qualquer que seja o vazador [...]”. Essa oração deixa claro, ainda que no nível do pressuposto, que o produtor considera que o vazamento realmente ocorreu.

O segundo elemento em destaque (*é óbvio*) confirma um produtor engajado com o conteúdo da mensagem, disposto a convencer o interlocutor da validade de sua tese. Em casos como esse, o produtor do texto expressa certeza sobre o

que é dito no conteúdo modalizado, a qual se ancora (ou, pelo menos, faz parecer que se ancora) na *vox publica* (cf. KOCH, 2002), na opinião geral de uma comunidade linguística. Com essa estratégia, o produtor busca se apresentar num lugar de autoridade de um suposto saber e impor ao interlocutor uma certa “verdade” e, numa análise mais ampla, levá-lo a se alinhar à opinião defendida, já que apresenta seu texto com um certo grau de irrefutabilidade e se expõe como se compartilhasse do ponto de vista dos participantes da interação.

Assim, apresentando-se como um conhecedor da realidade exposta, da qual tira as evidências que sustentam suas afirmações, o produtor orienta deonticamente a leitura, uma vez que obriga o leitor a aceitar a “verdade” exposta. Em outras palavras, o produtor parece apostar no fato de que o leitor que se considera um cidadão atento aos acontecimentos sociais se inclinará a aderir à tese apresentada.

Essa interpelação do interlocutor aparece de forma bastante enfática também no enunciado abaixo, de onde emergem as noções epistêmica (*sim*) e deontica (*precisa*):

[d] **Sim**, *Veja* não está obrigada a revelar as suas fontes, mas desde logo o leitor **precisa** saber que não se trata de uma apuração dos jornalistas do semanário, de um furo de reportagem.

Embora o advérbio de afirmação (*sim*) não retrate um caso típico da modalização epistêmica, no contexto do enunciado acima ele ganha esse sentido. O elemento em questão pode ser interpretado como algo aproximado de “é claro”, “é certo”, ou seja, carrega característica de um modalizador epistêmico, mais especificamente, de necessidade epistêmica. No enunciado em análise, ao recorrer a esse recurso linguístico, o produtor pretende incorporar uma possível contra-argumentação (que poderia ser apresentada pelo leitor, no momento da leitura, ou, ainda, em textos posteriores, em resposta ao texto aqui analisado). No entanto, essa contra-argumentação é enfraquecida logo em seguida, quando o produtor apresenta o argumento decisivo, que vem seguido da conjunção tipicamente adversativa (*mas*).

Pode-se recorrer, aqui, às descrições feitas por Rodrigues (2001) sobre os *movimentos dialógicos de enajamento e de*

*refutação*. Para a autora, no movimento dialógico de engajamento, o produtor do texto eleva o leitor à posição de aliado, de um co-autor do artigo. O discurso é construído como se o articulista incorporasse o ponto de vista do leitor, como se ambos falassem de uma mesma posição valorativa, em uma relação de concordância. Já no movimento dialógico de refutação, o autor antecipa as possíveis reações-resposta de objeção que o leitor poderia contrapor ao seu discurso, abafando-as.

No fragmento sob análise, esses dois movimentos aparecem relacionados: ao antecipar a reação do leitor e refutar uma possível contra-argumentação, o produtor do texto envolve o interlocutor em seu discurso, considerando o que ele tem a dizer (pelo menos potencialmente) e, com isso, engaja-o na sua argumentação. Nesse sentido, o movimento de engajamento se constrói pela aproximação do leitor ao ponto de vista do autor (cf. RODRIGUES, 2001), o que deixa mais aparente a interação dos interlocutores.

O argumento que aparece após o *mas* traz um elemento da modalização deôntica (*precisar*), o qual continua o movimento de interpelação do interlocutor. Trata-se de uma estratégia argumentativa voltada à interpelação do leitor para a realização de uma atitude a ser tomada de imediato que, em última análise, visa a alinhar o leitor à posição defendida no texto. É como se o produtor expressasse ao leitor a necessidade de se levar em consideração o dado apresentado no conteúdo modalizado para que a tese apresentada seja tomada como coerente. A interpelação, aqui, é feita de forma explícita: o produtor deixa claro que o leitor é alvo da atitude requerida.

É preciso observar que a modalização deôntica está condicionada pelo traço [+controle], ligado ao produtor do texto e, por outro lado, para se chegar à execução, implica a aceitação do valor de verdade do enunciado por parte do interlocutor (cf. NEVES, 1996). Ou seja, a estrutura modalizadora revela um produtor comprometido com o que diz e que deseja atuar sobre seu interlocutor ao apresentar uma proposta considerada não só adequada, mas necessária no contexto em que aparece.

Após a “provocação” exposta no recorte [d], sem citar nomes dos possíveis “vazadores”, o produtor do texto passa

a enumerar os “beneficiários” da denúncia, orientando argumentativamente o seu texto para que o leitor chegue à conclusão por ele pretendida:

[e] Basicamente, são três os beneficiários da “denúncia” da revista *Veja*: o ex-banqueiro Daniel Dantas, para quem a desmoralização de Protógenes é sempre um alento; o deputado federal Marcelo Itagiba (PMDB-RJ), presidente de uma CPI dos Grampos que estava por terminar e **pode** ganhar fôlego, mantendo o parlamentar sob os holofotes da mídia; e os inimigos do delegado na Polícia Federal e no governo em geral.

Nesse recorte, o modalizador em destaque volta-se para o conteúdo modalizado, compondo o cenário de denúncias que o produtor vai desenhando em seu texto. No entanto, apesar de não haver uma atuação mais direta na dinâmica de interação texto-leitor, pode-se dizer que o uso do elemento em questão acaba por interferir nessa dinâmica, já que apresenta uma certa avaliação do produtor, apresentada, em última instância, para sustentar sua tese e, assim, convencer o interlocutor.

A ideia, apenas sugerida no recorte [e], de relações possíveis entre os “vazadores” e os “beneficiários” é, no recorte seguinte, explicitada:

[f] De alguma destas três partes **deve** ter vindo o vazamento das informações do inquérito sobre Protógenes – **é certo** como dois e dois são quatro que Dantas, Itagiba e a turma da pesada da Polícia Federal ou da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) **teriam** acesso aos documentos e também todas as condições de vazarem o material para a *Veja*.

O primeiro elemento destacado apresenta caráter polissêmico. Em geral, a polissemia do verbo *dever*, que pode tanto veicular noções epistêmicas quanto deonticas, é resolvida observando-se o contexto do enunciado. No caso em análise, no entanto, as duas interpretações são possíveis, ou seja, pode-se ler o verbo no sentido epistêmico ou deontico. Na primeira acepção, teríamos uma interpretação como “*É possível/provável* que o vazamento tenham vindo de uma dessas três partes”. Já se considerarmos o teor deontico, podemos interpretar o enunciado como “O vazamento *tem de* ter

vindo de uma destas três partes”. Nesse caso, a responsabilidade do produtor quanto ao conteúdo enunciado se eleva sobremaneira se comparada àquela envolvida na noção epistêmica.

Mas, ainda que consideremos a noção epistêmica como a predominante, ou única, o uso do modalizador retrata um produtor preocupado em angariar a concordância do leitor. Isso porque o produtor se apresenta como alguém que não faz afirmações que não pode sustentar; com isso, ganha em credibilidade (cf. NEVES, 2006).

Ainda considerando que o modalizador tenha um teor epistêmico, é preciso observar que, dentre os diversos graus do possível, o produtor escolheu um ponto do *continuum* próximo da necessidade epistêmica. Para exemplificar essa relação, vejamos alguns casos (simulados) de deslocamento do *continuum* da avaliação epistêmica para um ponto de menor comprometimento do produtor:

[f1] De alguma destas três partes **pode** ter vindo o vazamento das informações do inquérito sobre Protógenes.

[f2] De alguma destas três partes **teria** vindo o vazamento das informações do inquérito sobre Protógenes

[f3] De alguma destas três partes **poderia** ter vindo o vazamento das informações do inquérito sobre Protógenes.

Assim, ainda que se resguarde da responsabilidade pelo dito ao recorrer ao modal *dever* (considerando-se que tenha teor epistêmico), o produtor demonstra, ao atualizar esse elemento modalizador e não a outros possíveis (conforme exemplificado acima), que pretende um certo envolvimento com o conteúdo da mensagem.

Esse engajamento do produtor com o conteúdo proposicional acaba se explicitando na sequência do enunciado, quando recorre a uma expressão de necessidade epistêmica: *é certo*. Além de usar essa expressão asseverativa, o produtor recorre a um dito popular (como dois e dois são quatro) para enfatizar a sua certeza acerca do exposto. Tal certeza o produtor apresenta como tomada de uma voz geral, ou pautada em certos critérios de avaliação julgados culturalmente aceitos. Novamente, o produtor apresenta a mensa-

gem ao interlocutor como sendo “verdadeira”, “indubitável”, num movimento interpelativo para engajá-lo em sua argumentação. Em outras palavras, a necessidade de situar o enunciado no ponto mais alto do *continuum* epistêmico citado por Neves (1996) rende, para o modalizador asseverativo em foco, o papel de impor uma determinada orientação argumentativa.

O tom imperativo, no entanto, acaba, novamente, sendo amenizado com o uso de um verbo no futuro do pretérito (*teriam*). Assim, novamente o produtor modaliza seu discurso no campo da possibilidade epistêmica, procurando mostrar-se como um jornalista preocupado com a confirmação dos fatos que apresenta. Mas, nessa altura do texto, o leitor já entende que o que está aí exposto é, para o produtor, uma certeza. O produtor apenas não a verbaliza para se precaver de possíveis contestações, já que a revista não revelou a fonte dos documentos recebidos.

Essa atitude de resguardo é observada também nos recortes [g] e [h], de onde emergem modalizadores do campo da possibilidade epistêmica:

[g] **É possível** e até **provável** que o delegado Protógenes Queiroz tenha **realmente** cometido abusos durante a operação que levou Daniel Dantas pela primeira vez à prisão.

[h] Também **é possível** e bastante **provável**, por outro lado, que a revista tenha “esquentado” o material que recebeu de mão beijada para tentar provar uma tese, qual seja, a de que a investigação comandada por Protógenes está prejudicada pelos vícios cometidos durante a operação.

A leitura do texto permite interpretarmos o enunciado [g] como tendo sentido de ressalva. O produtor do texto admite a possibilidade de erro do delegado (que havia desmentido as informações prestadas pela *Veja*), mas concentra sua atenção no enunciado [h], que é o ponto ao qual quer chegar ao enunciar [g].

Como se pode observar, o produtor recorreu ao paralelismo sintático para fazer ligação entre um enunciado e outro. No entanto, os termos *até* [g] e *bastante* [h] encaminha de forma diversa a argumentação do texto ao ambientar os enunciados em diferentes pontos da escala do possível. O produtor dá ênfase ao segundo enunciado [h], aproximando-

o mais da necessidade epistêmica do que ocorre no enunciado [g]. Assim, apesar de recorrer a termos que não expressam a certeza, o produtor se aproxima dela quando apresenta o argumento que quer que o leitor aceite como verdadeiro, mais uma vez o impelindo a aderir à tese apresentada.

No fragmento [i], embora o autor não recorra um elemento típico de necessidade epistêmica, essa noção é semanticamente revelada nos adjetivos escolhidos:

[i] Ou seja, que ele age ao arrepio da lei e é mais um “aloprado”, não petista, neste caso, porque **é público e notório** que o delegado é simpático ao PSOL de Heloísa Helena e Luciana Genro.

A expressão em destaque expressa a certeza, uma vez que o autor apresenta o fato exposto como algo óbvio, evidente; assim, o leitor precisa aceitar o argumento apresentado. A expressão em destaque funciona, então, como um sinalizador para que o leitor aceite o que está posto no conteúdo modalizado como uma verdade à qual deve aderir. Como se pode observar no recorte em análise, essa interpelação não ocorre de forma brusca, pois o produtor procura envolver o leitor em sua argumentação. Assim, o teor epistêmico acaba assumindo, novamente, uma característica deontica, já que o leitor é, de certa forma, obrigado a aceitar a argumentação apresentada.

Vale aqui recorrer à explicação de Parret (1988: 75) a respeito de construções como a dada no recorte acima. Segundo o autor, enunciados como “*É verdade que a terra gira à volta do sol*” escondem os suportes enunciativos *Eu digo que, eu acho que* etc. (cf. PARRET, 1988: 75). Neves (1996: 181) também identifica o adjetivo em posição predicativa como um expediente sintático propositalmente elaborado para sugerir distanciamento, uma vez que o falante, ainda que assuma um determinado posicionamento, transfere para fora do enunciado a responsabilidade pela emissão de seu comentário. Com essa estratégia, segundo a autora, o falante adquire foros de isenção e tenta dar maior autoridade a suas declarações. Numa análise mais ampla, pode-se dizer que, quando se tem em mente artigos de opinião, o próprio processo interlocutivo aciona um palco de imposições.

Por fim, no fragmento [j], o produtor recorre novamente a uma expressão tipicamente deôntica:

[j] **É preciso** mesmo ter dois pés atrás ao ler a reportagem de *Veja*.

Com esse enunciado, o produtor sintetiza o seu projeto de dizer. Pode-se dizer que é esse o ponto ao qual quer que o leitor chegue. Apesar de ter tomando para análise um texto em específico, o produtor quer que o interlocutor, ao ler qualquer texto da revista *Veja*, o faça com olhos desconfiados, com uma visão crítica, tentando desvendar as intenções ideológicas que o permeiam.

Assim, no fragmento [i], o produtor recorre a um elemento deôntico para apresentar uma atitude necessária aos envolvidos na interação verbal (ele próprio e os interlocutores), possibilitando uma interação mais ativa entre os interlocutores.

O conteúdo apresentado nesse recorte também é dado como “certo”. Nesse caso, porém, há uma interpelação direta do interlocutor, que é chamado a tomar uma atitude. Nesse sentido, mais do que marcar o seu relacionamento com o conteúdo da mensagem, o produtor pretende interagir com o leitor, colocando-se numa posição que lhe autoriza estabelecer obrigações aos interlocutores.

#### 4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como se pôde observar nas análises por nós empreendidas, o teor deôntico apresenta-se como uma característica reguladora do texto explicitamente opinativo. O gênero artigo de opinião abre espaços que são preenchidos por elementos que são postos em cena para convencer os interlocutores. Isso porque, conforme já explicitado, o artigo se constitui como um gênero em que se busca convencer o outro sobre uma certa tese a partir de um processo de argumentação a favor de uma determinada posição assumida pelo autor e de refutação de opiniões divergentes.

Esse entendimento levou à proposta de que a modalização orientada para o interlocutor pode dar-se em nível epistêmico e deôntico. No entanto, observou-se que,

mesmo nos casos que envolvem a necessidade epistêmica, as estruturas analisadas apresentam um certo teor deôntico, já que, ao usar estruturas como *é certo, é claro e é óbvio*, tenta-se obrigar o leitor a aceitar a “verdade” expressa no enunciado. Ampliando um pouco mais a análise, pode-se dizer que o produtor tem esse objetivo em mente mesmo nos casos em que recorre à possibilidade epistêmica, apresentando-se como um autor comedido, e, por isso, merecedor da credibilidade do leitor.

Podemos recorrer às palavras de Koch (2002: 138), usadas para explicar o contexto deôntico, também para entender as expressões tradicionalmente descritas como epistêmicas: ao assumir total responsabilidade relativamente ao conteúdo asseverado, o produtor cria, também para o interlocutor, o “dever de crer”, decorrendo daí um discurso autoritário, não admitindo contestação: “se, por acaso, o alocutário puser em dúvida o conteúdo da asserção, o locutor, provavelmente, dirá algo como: ‘Pois se eu estou lhe dizendo...’. Rejeitar a asserção, nesse caso, será rejeitar a própria continuidade do discurso”.

O entendimento de que alguns elementos representantes da necessidade epistêmica apresentam, de certa forma, uma obrigação para o interlocutor deixa flexíveis os limites entre as noções deônticas e epistêmicas. Parece haver aí uma relação epistêmico-deôntica: o produtor apresenta uma certeza e, a partir dela, tenta compelir o seu leitor a aderir à mensagem expressa.

Nesse contexto, o teor deôntico apresentado pelos elementos linguísticos e pelo gênero em si se apresenta como uma forma de adequar o uso da linguagem com vistas à finalidade discursiva, respondendo às intenções comunicativas envolvidas no processo de produção do texto. Nessa perspectiva de análise, mais do que adequado à situação comunicativa, a “deonticidade” desempenha papel relevante no texto opinativo, já que assume uma importante posição dentre as estratégias postas em cena para que o leitor aceite a orientação argumentativa apresentada e, conseqüentemente, alinhe-se à posição defendida, que é o objetivo da interação estabelecida por meio do artigo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTILHO, Ataliba; CASTILHO, Célia. Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp, 1992, v. 2. p. 213-260.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjugação do português*. Campinas/SP: Pontes, 1987.

KOCH, Ingedore Villaça. *Argumentação e linguagem*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAGALHÃES, Luiz Antonio. VEJA vs. PROTÓGENES: O delegado e o jornalismo de vazamentos. *Observatório da imprensa*, Ano 14, n. 528, 26/05/2009. Disponível em: <[www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br)>. Acesso em: 30 maio 2009.

MASTROBUONO, Marcelo. Eleições 2006: leitores sob fogo cruzado. *Observatório da imprensa*, Ano 11, n. 406, 24/10/2006. Disponível em: <[www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br)>. Acesso em: 07 abr. 2007.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. A modalidade: In: KOCH, Ingedore Villaça (Org.) *Gramática do português falado*. São Paulo: Unicamp/FAPESP, 1996, v. 6, p. 163-199.

ORLANDI, Eni Pulcineli. *Discurso & leitura*. Campinas: Cortez Editora / Editora da UNICAMP, 1988.

PARRET, Herman. *Enunciação e pragmática*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. *A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*. São Paulo, 2001, 347 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/pos/lael/lael-inf/def\\_teses.html](http://www.pucsp.br/pos/lael/lael-inf/def_teses.html)>. Acesso em: 04 mar. 2007.

SALLES, Marcelo. Debate sobre a mídia: um espectro ronda a democracia. *Observatório da imprensa*, Ano 11, n. 406, 07/11/2006. Disponível em: <[www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br)>. Acesso em: 07 abr. 2007.